



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO ESPORTE

CONVÊNIO ME/CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO -
CBTE – CONVÊNIO Nº 812253/2014

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO
ESPORTE - ME E CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA
DE TIRO ESPORTIVO - CBTE, PARA O FIM QUE
ESPECIFICA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO ESPORTE – ME**, CNPJ/MF nº. 02.961.362/0001-74, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “A”, 7º andar, em Brasília/DF, CEP: 70.054-900, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado neste ato pelo Ministro de Estado do Esporte-Interino, o Senhor **LUIS MANUEL REBELO FERNANDES**, portador do RG Nº 007.639.902-1 DETRAN/RJ e do CPF nº 797.578.477-04, nomeado pelo Decreto nº 6.532 de 05 de agosto de 2008, publicado no DOU de 06/08/2008, e a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBTE**, inscrito no CNPJ/MF nº.34.098.244/0001-70, doravante denominado **CONVENENTE**, com sede na Av. Presidente Vargas, 482/Rua Miguel Couto, 105, Sala 920 a 923, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.070-030, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. **DURVAL LUZ BALEN**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 7008.474.211, órgão expedidor SSP/RS e do CPF nº 068.276.320-91, residente e domiciliado à Lionilda Fassoli Zatti, 201 casa 02 – Bairro Jardelino Ramos, Caxias do Sul/RS CEP 95050-250, no uso dos poderes conferidos pelo Estatuto Social/Ata de Reunião do Conselho de Direção – Gestão 2013 – 2017, realizada em 03 de dezembro de 2014, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO**, em conformidade com o **Processo nº. 58701.003698/2014-10** e a proposta **SICONV nº. 045303/2014**, observado o resultado do **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 05/2013**, da SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO, publicado no DOU, Seção 03 Página 152 a 154, de 06/08/2013, bem como as disposições contidas na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, no Decreto nº. 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº. 507, de 24 de novembro de 2011, na Portaria Interministerial nº. 217, de 31 de julho de 2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Fazenda e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Convênio tem por objeto: **Proporcionar uma infraestrutura técnica adequada para melhoria das condições de preparação do atleta de tiro esportivo Cassio Cesar de Mello Rippel.**

PARÁGRAFO ÚNICO. Para atingir o objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela **CONVENENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, o qual passa a integrar este Convênio, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - São obrigações do **CONCEDENTE**:

- a) repassar à **CONVENENTE**, em tempo hábil, recursos financeiros correspondentes à sua participação nas despesas pertinentes à execução do objeto deste Convênio, obedecendo ao Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho;
- b) prover os meios e facilidades para que a **CONVENENTE** possa realizar, no prazo estabelecido, o cadastramento dos participantes do programa;
- c) promover o acompanhamento e ateste da execução do objeto do presente Convênio, assim como da regular aplicação das parcelas de recursos, estando a sua liberação condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;
- d) prorrogar, *de ofício*, a vigência do presente Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que ainda haja plena condição de execução do objeto e que a **CONVENENTE** esteja adimplente em relação aos requisitos informados no SIAFI, observado o que prevê o § 1º do art. 38 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011;
- e) aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução deste Convênio, mediante proposta da **CONVENENTE** fundamentada em razões concretas que a justifique, e desde que formulada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, contados da data fixada para o término de sua vigência;
- f) fornecer à **CONVENENTE**, quando solicitado formalmente, os códigos necessários para o correto preenchimento da Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser efetuada na CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL, quando houver necessidade de restituição de valores que lhe tiverem sido repassados (Cláusula Décima Quinta - Da Restituição de Recursos);
- g) fornecer a **CONVENENTE** os dizeres institucionais, consoante estabelecido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM, destacando a participação do Governo Federal, bem assim do Ministério do Esporte-ME, em toda e qualquer ação relacionada com a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira;
- h) encaminhar à **CONVENENTE**, por intermédio da área de material e patrimônio do Ministério do Esporte-ME, as plaquetas de identificação patrimonial para que sejam afixadas nos bens permanentes, adquiridos com recursos previstos neste Instrumento, de acordo com as especificações contidas nas notas fiscais correspondentes à aquisição (quando for o caso);
- i) analisar e aprovar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Convênio;

 2 

j) notificar a **CONVENENTE** para que proceda à apresentação da prestação de contas dos recursos aplicados quando não houver sido apresentada no prazo legal, ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos que houverem sido transferidos, instaurando, em caso de omissão, a competente Tomada de Contas Especial;

k) comunicar à **CONVENENTE** acerca de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos referentes ao presente Convênio ou outras pendências de ordem técnica, suspendendo a liberação de recursos pelo prazo estabelecido para o saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período;

l) em caso de não satisfação das pendências de que cogita a alínea anterior, apurar eventuais danos e comunicar o fato a **CONVENENTE**, para que promova o ressarcimento do valor apurado, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

m) promover a publicação de extrato do presente Convênio no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura, sob pena de ineficácia do acordo; e

n) publicar no Portal dos Convênios os atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas relativos a presente avença.

II - São obrigações da **CONVENENTE**:

a) executar diretamente a integralidade do objeto pactuado na Cláusula Primeira, na forma e no prazo estabelecidos no Projeto Básico e no Plano de Trabalho, somente sendo permitida a contratação de serviços de terceiros caso haja previsão no Plano de Trabalho, ou em virtude de fato superveniente e imprevisto, devidamente justificado, e desde que aprovado pelo **CONCEDENTE**;

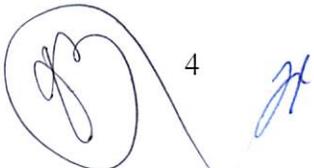
b) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos, diretrizes, ações e atividades do Programa **Esporte e Grandes Eventos Esportivos**, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição, pela população beneficiária, das benesses inerentes ao objeto conveniado, inclusive quando detectados pelo **CONCEDENTE** ou pelos órgãos de controle;

c) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes deste Convênio, após a execução do acordo, observada a destinação dos bens de acordo com a previsão contida na Cláusula Décima;

d) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado pelos investimentos decorrentes deste Convênio;



- e) promover os créditos dos recursos financeiros, referentes à contrapartida, de acordo com o Cronograma de Desembolso, na conta corrente específica para a execução do objeto;
- f) aplicar os recursos discriminados na Cláusula Quinta, inclusive os oferecidos em contrapartida e os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do objeto deste Convênio;
- g) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo **CONCEDENTE**;
- h) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- i) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- j) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Federal e, bem assim, do **MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME**, em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, consoante previsto na Cláusula Décima Sexta;
- k) nos contratos celebrados à conta dos recursos deste Convênio, inserir cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo.
- l) facilitar ao **CONCEDENTE**, ou agentes da Administração Federal, com delegação de competência, todos os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive, permitindo-lhe efetuar inspeções *in loco* fornecendo, sempre que solicitado, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento;
- m) permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado o **CONCEDENTE**, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização e auditoria;
- n) por ocasião do encerramento do prazo estipulado para a conclusão do objeto pactuado, ou no caso de denúncia, rescisão ou extinção deste CONVÊNIO, solicitar ao **CONCEDENTE**, formal e tempestivamente, o número do código de preenchimento da GRU a ser efetuado na CONTA

4 

ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL, de que trata a Cláusula Décima Quinta (Da Restituição de Recursos);

o) prestar contas final, com observância do prazo e na forma estabelecida, respectivamente, nas Cláusulas Quarta e Décima-Segunda deste Instrumento, e, bem assim, em função da forma da liberação dos recursos ou quando for solicitada, a qualquer momento, a critério do **CONCEDENTE**, apresentar Prestação de Contas Parcial;

p) responsabilizar-se pela guarda e controle dos materiais a serem produzidos, na qualidade de fiel depositária (quando for o caso);

q) solicitar a prorrogação do prazo para execução do objeto conveniado, mediante Termo Aditivo, fundamentada em razões concretas que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado;

r) adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

s) incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº. 507, de 24 de novembro de 2011, em especial os relativos aos atos e procedimentos referentes à formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas;

t) restituir os recursos recebidos em virtude deste Convênio, nos casos previstos na mesma Portaria Interministerial nº. 507, de 24 de novembro de 2011;

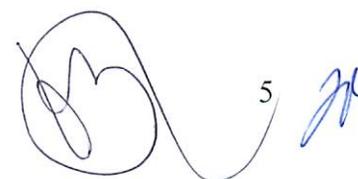
u) enviar ao **CONCEDENTE**, cópias autenticadas das notas fiscais relativas aos bens permanentes adquiridos com recursos alocados neste Instrumento, para fins de tombamento patrimonial (quando for o caso);

v) indicar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto pactuado o qual deverá, verificada qualquer ocorrência que comprometa a regularidade na execução, encaminhar à área técnica do **CONCEDENTE** relatório circunstanciado dos fatos;

w) notificar o conselho municipal/estadual responsável pelo acompanhamento e controle de ações dentre as quais se insere o objeto do presente convênio (quando for o caso);

x) garantir o acesso às informações relativas ao presente convênio, em especial no que se refere à parcela dos recursos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo da prestação de contas de que trata a Cláusula Décima Segunda; e

y) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do convênio ou contrato de repasse em instituição financeira controlada pela União, quando não integrante da conta única do Governo Federal;

5

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O descumprimento de quaisquer das obrigações arroladas nas alíneas 'a' a 'y' do inciso II desta Cláusula importará na apresentação, pela **CONVENENTE**, dos esclarecimentos pertinentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Prestados os esclarecimentos de que trata o parágrafo anterior, e uma vez aceitos pelo **CONCEDENTE**, proceder-se-á ao registro nos autos do respectivo processo a justificativa e dar-se-á ciência à Controladoria-Geral da União, sem prejuízo das demais medidas previstas neste Instrumento e na legislação de regência.

PARÁGRAFO TERCEIRO. É vedado a **CONVENENTE** estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA DE CONTINUIDADE DO OBJETO

Nos casos de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, e no intuito de evitar a descontinuidade de sua execução, fica garantida ao **CONCEDENTE** a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução de seu objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO. O exercício dessa prerrogativa não exime a **CONVENENTE** do dever de cumprir com as obrigações assumidas em virtude da assinatura deste convênio até a data em que se efetivar a assunção ou a transferência do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará a partir de **31/12/2014** e findará em **31/12/2015**, inclusive, prazo durante o qual deverá ocorrer a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo de vigência deste Instrumento poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por solicitação da **CONVENENTE**, fundamentada em razões concretas que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias úteis antes do término do prazo previsto no *caput* desta Cláusula, e desde que aceita pelo **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O **CONVENENTE** terá 60 (sessenta) dias para apresentar a Prestação de Contas Final, a contar do término da vigência prevista no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto deste Convênio, os recursos somam o valor total de **R\$ 1.168.627,24 (um milhão cento e sessenta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos)**, cabendo ao **CONCEDENTE** destinar a importância de **R\$ 1.151.022,19 (um milhão, cento e cinquenta e um mil e vinte e dois reais e dezenove centavos)**, correndo as despesas à conta de dotação consignada ao **MINISTÉRIO DO ESPORTE/ ME**, no Orçamento Fiscal da União para o exercício de 2014, Lei nº 12.952/2014 - LOA, observadas as características abaixo discriminadas, e cabendo a **CONVENENTE** a **contrapartida financeira no valor de R\$ 17.605,05 (dezesete mil, seiscentos e cinco reais e cinco centavos), equivalentes a 1.50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento)**, do valor total pactuado conforme Plano de Trabalho aprovado:

Programa de Trabalho: **27.811.2035.20YA.0001.0003**

Natureza da Despesa: **44.50.42**

Fonte: **100**

Nota de Empenho: **2014NE800910** de 11 de novembro de 2014, no valor de **R\$ 115.223,12 (cento e quinze mil, duzentos e vinte e três reais e doze centavos)**

Programa de Trabalho: **27.811.2035.20D8.0001.0007**

Natureza da Despesa: **33.50.41**

Fonte: **100**

Nota de Empenho: **2014NE800909** de 11 de novembro de 2014, no valor de **R\$ 1.035.799,07 (um milhão trinta e cinco mil setecentos e noventa e nove reais e sete centavos)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos referentes à contrapartida da **CONVENENTE**, necessários à complementação da execução do objeto do presente Convênio deverão ser depositados em conta bancária específica, em conformidade com o Plano de Trabalho e obedecidos os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, incumbindo a **CONVENENTE** assegurá-los, nos termos da Cláusula Segunda, II, 'e' – DAS OBRIGAÇÕES DA **CONVENENTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de o objeto deste Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição, tanto pelo **CONCEDENTE** quanto pela **CONVENENTE**, conceder-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, aplicável ao valor total anteriormente pactuado, conforme previsto no *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de o objeto pactuado vir a ser satisfatoriamente concluído somente com a utilização dos recursos financeiros transferidos pelo **CONCEDENTE**, obriga-se a **CONVENENTE** a devolver os recursos financeiros correspondentes à sua contrapartida, que, observada a proporcionalidade de sua participação, conforme definida no *caput* desta Cláusula, deverá ser calculada sobre o valor despendido pelo **CONCEDENTE** e aplicado na consecução do objeto conveniado.

PARÁGRAFO QUARTO. Os créditos e empenhos necessários ao custeio das despesas previstas no Plano de Trabalho para ocorrerem nos anos seguintes (se for o caso) serão indicados mediante registro contábil e constarão de termo aditivos, a serem celebrados oportunamente, não eximindo o **CONCEDENTE** do dever de incluir em suas propostas orçamentárias subseqüentes, as dotações necessárias para custear as despesas decorrentes do convênio firmado.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do **CONCEDENTE**, destinados à execução do objeto deste Convênio, no montante de **R\$ 1.151.022,19 (um milhão cento e cinquenta e um mil e vinte e dois reais e dezenove centavos)**, será liberado em **única parcela**, de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, a crédito de conta específica aberta no BANCO DO BRASIL SA., nº 001, Agência 0435-9, em nome da **CONVENENTE** e vinculada ao presente Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Após a aplicação dos recursos, a **CONVENENTE** se obriga a apresentar a Prestação de Contas, observado o prazo estabelecido na Cláusula Quarta, composta da documentação especificada na Cláusula Décima Segunda;

 7 

PARÁGRAFO SEGUNDO. Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na execução deste Convênio, obriga-se o **CONCEDENTE** a notificar, de imediato, o dirigente da **CONVENENTE**, a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos a seguir especificados:

- a) quando não houver comprovação da correta aplicação da parcela única recebida e do correspondente recurso de contrapartida oferecida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo **CONCEDENTE** e/ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública Federal;
- b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Convênio; e
- c) quando a **CONVENENTE** descumprir qualquer cláusula ou condição pactuada.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Findo o prazo da notificação de que trata o parágrafo anterior, sem que as impropriedades e/ou irregularidades tenham sido sanadas, ou cumprida a obrigação, a unidade de contabilidade analítica do **CONCEDENTE** diligenciará a instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

PARÁGRAFO QUARTO. No caso de os valores referentes ao presente Convênio virem a ser inscritos em Restos a Pagar, vindo, posteriormente a ser cancelados, os quantitativos que integram o objeto da avença poderão ser reduzidos até a etapa que permita o cumprimento do acordado sem a sua descaracterização no que tange à funcionalidade da execução.

PARÁGRAFO QUINTO. Além da estrita observância do cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, a liberação e o recebimento de cada parcela de recursos dependerão:

- I – da comprovação, pela **CONVENENTE**, do cumprimento da contrapartida pactuada;
- II – do atendimento, pela **CONVENENTE**, das exigências para contratação e pagamento previstos nos arts. 56 a 64 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011;
- III – da regularidade da execução do Plano de Trabalho; e
- IV – do cumprimento das obrigações assumidas no ato da contratação e outras que vierem a ser estipuladas posteriormente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

O **CONVENENTE** deverá manter os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** em conta bancária específica, de que trata a Cláusula Sexta, permitindo-se saques somente para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominal ou ordem bancária ao credor ou para aplicação no mercado financeiro na forma da Parágrafo Primeiro desta Cláusula.



PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo, ou, ainda, em operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os rendimentos auferidos a partir de aplicações dos recursos recebidos no âmbito deste Convênio no mercado financeiro serão, obrigatoriamente, utilizados no próprio objeto, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas, não podendo ser computados como Contrapartida devida pela **CONVENENTE**, devendo ainda, constar de demonstrativo específico que integrará a Prestação de Contas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A **CONVENENTE** deverá solicitar ao **CONCEDENTE** autorização para o uso dos rendimentos na(s) ação(ões) pactuada(s), mediante apresentação de pleito específico à unidade gestora.

CLÁUSULA OITAVA – DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Na aquisição de bens e serviços necessários à execução do Plano de Trabalho o **CONVENENTE** deverá realizar, no mínimo, cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONVENENTE** deverá contratar as empresas que tenham participado da cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, exigindo-se, nesses casos, pesquisa de mercado prévia à contratação, que deverá ser registrada no SICONV, contendo, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A cotação prévia de que trata o *caput* deverá observar, no que couber, as disposições contidas no art. 58 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Cada processo de compras e contratações de bens, obras e serviços deverá ser realizado ou registrado no SICONV, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- I – os documentos relativos à cotação prévia ou as razões que justificam a sua desnecessidade;
- II – elementos que definiram a escolha do fornecedor ou executante e justificativa de preço;
- III – documentos contábeis relativos ao pagamento.

CLÁUSULA NONA - DA GLOSA DAS DESPESAS

É vedada a utilização dos recursos repassados pelo **CONCEDENTE** e os da Contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este Instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado, ainda que em caráter de emergência, ou, ainda, em descompasso com o que dispõe a Cláusula Oitava do presente Instrumento.

 9 

PARÁGRAFO ÚNICO. É vedada a utilização de recursos deste Convênio naquelas hipóteses previstas no art. 52 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

O destino dos bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Convênio, mas que a ele não se incorporem, serão decididos após a execução integral de seu objeto, podendo vir a ser doados, desde que necessários para assegurar a continuidade do programa governamental em que se insere a ação, observado o que dispõe o § 2º do art. 41 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Após a execução integral do objeto do presente Convênio, os bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos dele oriundos, mas que não se incorporem ao seu objeto, permanecerão sob a guarda, responsabilidade e manutenção pelo prazo de 10(dez) anos pela **CONVENIENTE** como fiel depositário e ficando vinculados ao objeto pactuado, com vistas a assegurar a continuidade do programa governamental (quando for o caso).

PARÁGRAFO SEGUNDO. Sendo o presente Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos no Parágrafo Único da Cláusula Décima-Quarta, os bens patrimoniais serão automaticamente revertidos ao **CONCEDENTE**, em boas condições de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

É prerrogativa do **CONCEDENTE** conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução deste Convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Nos termos da legislação em vigor, o **CONCEDENTE** designará servidor(es) para acompanhar(em) a fiel execução do objeto deste Convênio, podendo, se assim entender pertinente, valer-se das faculdades descritas no § 2º do art. 67 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A **CONVENIENTE** assegurará e adotará as medidas necessárias ao livre acesso do(s) servidor(es) designado(s) na forma do parágrafo anterior, bem como dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferência que se relacionem ao objeto do presente Convênio, além dos locais de sua execução.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Qualquer ocorrência que comprometa a regularidade na execução do objeto pactuado, deverá ser informada à área técnica esportiva ou à área de análise técnico-contábil do Ministério do Esporte, acompanhada de relatório circunstanciado dos fatos, para as providências cabíveis.



CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas Final dos recursos deste Convênio, inclusive os de contrapartida e dos rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, deverá ser assim constituída:

- a) Relatório de cumprimento do objeto;
- b) cópia do Plano de Trabalho aprovado na celebração do Convênio;
- c) cópia do Termo de Convênio e eventuais Termos Aditivos;
- d) relatório de Execução Físico-Financeira;
- e) relatório de Execução da Receita e Despesa;
- f) relação de pagamentos efetuados;
- g) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos deste Convênio;
- h) cópia autenticada dos comprovantes de despesas relativas à aquisição de bens e materiais permanentes;
- i) conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
- j) cópia do extrato da conta bancária específica;
- k) comprovante de recolhimento dos recursos não aplicados à conta indicada pelo responsável do programa;
- l) cópia do despacho adjudicatório e homologação de licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando realizado procedimento licitatório;
- m) relatório/declaração do responsável pelo acompanhamento deste Convênio;
- n) cópia das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios das despesas com hospedagem em estabelecimento hoteleiro ou similar e com aquisição de passagens de qualquer meio de transporte, bem assim dos respectivos bilhetes utilizados. Ademais, em demonstrativo à parte, evidenciar, de forma correlacionada, os valores parciais e totais dessas despesas:
 - 1. No caso de despesa com as aquisições de passagens, conforme previamente definido no Plano de Trabalho, deverá constar o nome completo do usuário do bilhete, sua condição de participante no evento, número de sua Carteira de Identidade, nº. do CPF/MF, nº. do telefone, endereço residencial completo, o trecho utilizado e as datas de embarque e desembarque, conforme indicadas no respectivo bilhete utilizado;
 - 2. No caso de despesas com hospedagem, conforme previamente definido no Plano de Trabalho, deverá conter o nome completo do hóspede, sua condição de participante no evento, nº. de sua Carteira de Identidade, nº. de seu CPF/MF, nº. de telefone, com endereço residencial completo, acompanhado do extrato de conta fornecido pelo hotel.
- o) cópia do Termo de Aceitação Definitiva da obra, quando o objeto do convênio prever a execução de obra ou serviço de engenharia.

PARÁGRAFO ÚNICO. As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome da **CONVENENTE** e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação das contas do gestor **CONCEDENTE**, pelo Tribunal de Contas da União, relativa ao exercício em que forem incluídas em suas contas.

PARÁGRAFO ÚNICO. O dever de conservação de que trata o *caput* não exime a **CONVENENTE** do dever de inserir regularmente no SICONV as informações e documentos referentes ao presente Convênio, bem como aqueles exigidos pela Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, mantendo-o atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO. Constituem motivo para rescisão deste Convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sétima;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado ou de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias;
- d) falta de apresentação da Prestação de Contas Final, ou de Prestações de Contas Parciais, no (s) prazo (s) estabelecido(s), neste Instrumento; e
- e) a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Instrumento, a **CONVENENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, é obrigado a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL, em nome do MINISTÉRIO DO ESPORTE - ME, com a utilização de Guia de Depósito comum do Banco do Brasil S.A., a ser devida e corretamente preenchida, inclusive com a menção do número do "Código Identificador" de que trata a CLÁUSULA SEGUNDA (Das Obrigações):



- a) O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do Convênio;
- b) o valor total transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
1. quando não for executado o objeto da avença;
 2. quando não forem apresentadas, no prazo exigido, as Prestações de Contas Parcial ou Final; e
 3. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.
- c) o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;
- d) o valor corrigido da Contrapartida pactuada, quando não comprovada sua aplicação na consecução do objeto conveniado, na forma prevista no Plano de Trabalho;
- e) o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

A **CONVENENTE** obriga-se a divulgar, no local e durante a execução do objeto, a participação do Ministério do Esporte-ME, mediante afixação de placa, *banner* ou outro meio de divulgação, nominando o Projeto específico e contendo os dizeres fornecidos pelo **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONVENENTE** deverá disponibilizar, por meio da *internet* ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do convênio ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o **CONVENENTE** poderá disponibilizar, em sua página na *internet*, um *link* que possibilite o acesso direto ao Portal dos Convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste CONVÊNIO e de seus aditamentos no Diário Oficial da União D.O.U, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONCEDENTE**, às suas expensas, no prazo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura, contendo os seguintes elementos:

- a) espécie, número, e valor do instrumento;
- b) denominação, domicílio e inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF dos partícipes e nome e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF dos signatários;

- c) resumo do objeto;
- d) crédito pelo qual ocorrerá a despesa, número e data da Nota de Empenho;
- e) valor a ser transferido ou descentralizado no exercício em curso e, se for o caso, o previsto para exercícios subseqüentes;
- f) prazo de vigência e data da assinatura; e
- g) código da Unidade Gestora, da gestão e classificação funcional programática e econômica, correspondentes aos respectivos créditos.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Pactum, ainda, as seguintes condições:

- a) todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues por protocolo ou remetidas por correspondência, telegrama, fax ou email, devidamente comprovadas por conta, no endereço das partes;
- b) as alterações de endereços e de número de telefone, email e fax de quaisquer dos Partícipes devem ser imediatamente comunicadas por escrito;
- c) as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e
- d) havendo divergência entre as disposições constantes do presente Instrumento e as determinações contidas no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e na Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, essas prevalecem naquilo que couber.

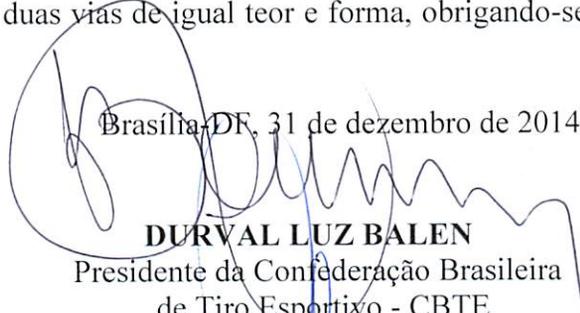
CLÁUSULA DÉCIMA-NONA- DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem plenamente de acordo, os partícipes firmam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo indicadas, em duas vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.


LUIS MANUEL REBELO FERNANDES
 Ministro de Estado do Esporte-Interino

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2014.


DURVAL LUZ BALEN
 Presidente da Confederação Brasileira
 de Tiro Esportivo - CBTE

TESTEMUNHAS:

NOME :
 CPF:

NOME: JOSE OLAVO DE CARVALHO MARINHO
 CPF: 664.179.344-04



Paginação do Jornal: << 115 de 192 >>

Ir para a página: ok

Sumário da Edição

Seleção

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.

Nº 22, segunda-feira, 2 de fevereiro de 2015

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

115

Tendo em vista a importância da Normalização Nacional para o desenvolvimento do Brasil, as sugestões apresentadas muito contribuirão para o aperfeiçoamento das Normas Brasileiras. Aquelas sugestões que porventura constituírem objeções técnicas, desde que devidamente fundamentadas, desaconselhando sua aprovação como Normas Brasileiras serão examinadas pela Comissão de Estudo autora da ABNT.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA
Presidente do INMETRO

EDITAL
REVOGAÇÃO DO EDITAL PRONAMETRO
Nº 6, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

O Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, torna pública a revogação do Edital Pronametro nº 6, de 30 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União, de 31 de dezembro de 2014, Seção 3, com fulcro no seu item 11, combinado com o item 12.4, tendo em vista os termos do Decreto nº 8.389, de 07/01/2015, suplementado pelo art. 49, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993. (Processo nº 52.600.041657/2014-75)

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 2/2015

A Ordenadora de Despesas homologou o certame para as empresas: Presta Serviços item 01 e Brilhante Administração item 2 por terem ao edital.

PATRICIA PINHEIRO DE BARROS FERREIRA
Substituta

(SIDEAC - 30/01/2015) 183023-18205-2014NE800056

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 812253/2014

ESPÉCIE: Convênio que celebram entre si a União, por intermédio do MINISTÉRIO DO ESPORTE - CNPJ 02.961.362/0001-74 e a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CBDE - CNPJ: 34.098.244/0001-70.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto "Proporcionar uma infraestrutura técnica adequada para melhoria das condições de preparação do atleta de tiro esportivo Cassio Cesar de Mello Rippel." DESPESA: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes do Ministério do Esporte, Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 1.151.022,19 (um milhão, cento e cinquenta e um mil e vinte e dois reais e dezesseis centavos) e de contrapartida o valor de R\$ 17.605,05 (dezesseis mil, seiscentos e cinco reais e cinco centavos) na forma financeira, totalizando o valor de R\$ 1.168.627,24 (um milhão cento e sessenta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA: O presente Convênio vigorará a partir de 31/12/2014 e findará em 31/12/2015, inclusive, prazo durante o qual deverá ocorrer a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho.

DATA DE ASSINATURA: 31 de dezembro de 2014.
SIGNATÁRIOS: LUIS MANUEL REBELO FERNADES - Ministro de Estado do Esporte-Interino - ME - CPF 792.578.477-04 e DURVAL LUZ BALEN - Presidente da Confederação Brasileira de TIRO ESPORTIVO - CBTE - CPF 068.276.320-91
PROCESSO Nº: 58701.003698/2014-10

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 813849/2014

ESPÉCIE: Convênio que celebram entre si a União, por intermédio do MINISTÉRIO DO ESPORTE - CNPJ 02.961.362/0001-74 e a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO - CNPJ: 34.098.244/0001-70.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto "Proporcionar a participação dos atletas da seleção brasileira nas principais competições de tiro ao prato visando os Jogos Rio 2016."

DESPESA: Os recursos decorrentes do presente Convênio são provenientes do Ministério do Esporte, Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 1.938.692,02 (um milhão, novecentos e trinta e oito mil, seiscentos e noventa e dois reais e dois centavos) e de contrapartida o valor de R\$ 29.808,00 (vinte e nove mil, oitocentos e oito reais) na forma financeira, totalizando o valor de R\$ 1.968.500,02 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos reais e dois centavos).

VIGÊNCIA: O presente Convênio vigorará a partir data de assinatura e findará em 31 de dezembro de 2015 para a execução do objeto expresso no plano de trabalho.

DATA DE ASSINATURA: 31 de dezembro de 2014.
SIGNATÁRIOS: LUIS MANUEL REBELO FERNADES - Ministro de Estado do Esporte-Interino - ME - CPF 792.578.477-04 e DURVAL LUZ BALEN - Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo - CBTE - CPF 068.276.320-91
PROCESSO Nº: 58701.008343/2014-17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinatura.html>, pelo código 00032015020200115

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00002/2015 ao Convênio Nº 778135/2012. Conventos: Concedente: MINISTÉRIO DO ESPORTE. Unidade Gestora: 180002, Gestão: 00001. Conveniente: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO, CNPJ nº 34.098.244/0001-70. P.1.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 2.572.560,00, Valor de Contrapartida: R\$ 40.500,00, Vigência: 31/12/2012 a 14/03/2016. Data de Assinatura: 29/01/2015. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO ESPORTE - MINIST. DO ESPORTE / RICARDO LEYSER GONCALVES- SECRETÁRIO ME.

(SICONV(PORTAL) - 30/01/2015)

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00002/2015 ao Convênio Nº 812252/2014. Conventos: Concedente: MINISTÉRIO DO ESPORTE. Unidade Gestora: 180002, Gestão: 00001. Conveniente: CAMARAGIBE PREFEITURA, CNPJ nº 08.260.663/0001-57. P.1.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 1.316.590,00, Valor de Contrapartida: R\$ 52.663,60, Vigência: 14/11/2014 a 26/02/2015. Data de Assinatura: 29/01/2015. Assina: Pelo MINISTÉRIO DO ESPORTE - MINIST. DO ESPORTE / RICARDO LEYSER GONCALVES- SECRETÁRIO ME.

(SICONV(PORTAL) - 30/01/2015)

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA
DIRETORIA EXECUTIVA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO CORPORATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2012/APO

Processo nº. 58000.003401/2011-62. Contratante: Autoridade Pública Olímpica - APO, CNPJ: 14.039.541/0001-38, Contratada: Adven Comércio, Locação e Serviços Ltda. - CNPJ: 05.791.610/0001-74. Objeto: Acréscimo quantitativo de 25% do item "E" (Impressora Multifuncional Colônia A3 - Ricoh Ofício PMC 2050). Valor: R\$ 8.508,00 (oito mil e quinhentos e oito reais). Altera a Cláusula de Dotação Orçamentária para o Programa de Trabalho: 27.811.6102.1APO.0001. Fonte: 0609, Elemento de Despesa: 33.90.39.83 - PTRES: 093633 - Nota de Empenho: 2015NE000005. Data da assinatura: 16/01/2015.

Ministério do Meio Ambiente

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO
NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável e do Fundo Nacional do Meio Ambiente, localizado na SEP/ QD. 505, BL. B, ED. MARIE PRENDI CRUZ, Brasília-DF - Telefone (0XX61)2028-2160, com fundamento nos arts. 231 e 870, inciso II do Código de Processo Civil, no que couberem, no art. 26 § 4º da Lei nº 9.784, de 29/1/1999, na Lei nº 10.522, de 19/7/2002, e no art. 31 da IN/STN/MF 01/97, por encontrarem-se em local incerto e não sabido, NOTIFICA os seguintes responsáveis:

ALFREDO PALAU PEÑA, CPF 100.735.638-38, Presidente da Associação Brasileira para Conservação das Tartarugas - Pró Tartaruga e JEFFERSON VALENTE CAVALCANTE CPF 377.608.581-91, Ex-Presidente da Pró Tartaruga, bem como a própria Associação Pró Tartaruga. CNPJ 37.285.582/0001-00 que, tendo em vista o não atendimento ao Edital de Notificação publicado no D.O.U nº 203, Seção 3 de 21/10/2014, referente a prestação de contas do Convênio 014/2005, tiveram seus nomes inscritos no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos do Setor Público Federal - CADIN em 26/01/2015.

Brasília, 30 de janeiro de 2015.

ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA

Directora do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável e do Fundo Nacional do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2015

PROCESSO Nº 02001.000915/2015-25. ESPÉCIE: Termo de Acordo de Cooperação Técnica que celebram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça - SENASP. OBJETO: Estabelecer um regime de cooperação técnica entre os participantes, com vistas ao emprego em atividades de fiscalização ambiental, ao compartilhamento de infraestrutura e à realização de ações integradas no combate aos crimes e infrações ambientais, pelo Departamento da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP em apoio às atribuições legais do IBAMA. VIGÊNCIA: O presente termo vigorará por um prazo de 60 (SESENTA) meses, a

contar da data de assinatura. DATA DA ASSINATURA: 3 ASSINAM: Pelo IBAMA: VOLNEY ZANARDI JUNIO DENTE do IBAMA - e Pelo SENASP: MARCELLO BA OLIVEIRA - Secretário.

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

EDITAIS

A Superintendência do IBAMA em Alagoas, no exercício das atribuições legais, pelo presente Edital, faz INTIMAÇÃO terçados abaixo relacionados, por se encontrarem em lugar não sabido, não procurados e/ou recusado o recebimento de intimação com Adequação, referente aos Autos de Infração conforme Decisão Administrativa Simplificada nº 81 ALSI/2014 vigente.

| Interessado | CPF/CNPJ | Processo | Nº AI |
|--------------------------|----------------|----------------------|----------|
| Claudenor Gomes da Silva | 207.731.374-91 | 02003.001164/2009-04 | 532221/D |

Vistas dos respectivos processos poderão ser obtidas na tendência do IBAMA em Alagoas à Av. Fernandes Lima, 4 de Lourdes - Fone: (082) 2122.8317.

A Superintendência do IBAMA em Alagoas, no exercício das atribuições legais, pelo presente Edital, faz INTIMAÇÃO terçados abaixo relacionados, por se encontrarem em lugar não sabido, não procurados e/ou recusado o recebimento de intimação com Adequação, referente ao Recurso, conforme Decisão nº 39 AL SUPES e legislação vigente.

| Interessado | CPF/CNPJ | Processo | Nº AI |
|------------------------------|----------------|----------------------|----------|
| Elpidio Cavalcante Lima Neto | 049.280.884-84 | 02003.000572/2012-36 | 674793/D |

Vistas dos respectivos processos poderão ser obtidas na tendência do IBAMA em Alagoas à Av. Fernandes Lima, 4 de Lourdes - Fone: (082) 2122.8317.

IVAN LUIZ FAVARO
Coordenador
Substituto do NuiP/AI

SUPERINTENDÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2015 - UASG 1

Nº Processo: 02008000154201461.
PREGÃO SISPP Nº 4/2014. Contratante: INSTITUTO MEIO AMBIENTE -DOS REC NAT RENOVAVEIS. Contratado: 10811374000140. Contratado: ASBIBOP - SER BOMBEIRO -BRIGADISTA PARTICULAR CI. Objeto: (de empresa para prestação, de forma contínua dos serviços beiro civil (brigada incêndio), nas dependências da Super do IBAMA/DF, na área de segurança contra incêndio, pã dono de edificações, primeiros socorros e desenvolvimento de política preventivista de segurança contra incêndio. Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e 2.271/1997. Vigência: 15/01/2015 a 15/01/2016. Valor: R\$484.314,96. Fonte: 174193034 - 2015NE800001. Data de assinatura: 15/01/2015.

(SICON - 30/01/2015) 193099-19211-2015NE800006

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O SUPERINTENDENTE DO IBAMA NO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e conforme p (Inciso II) do Art. 57 da IN 010/2012/IBAMA, considerar impossibilidade de localização do interessado, pelo presente CIENTIFICA o atuado da Decisão de Cancelamento da cada e do Termo de Embargo, pelo cometimento de irregularidade administrativa referente ao processo administrativo relacionado:

| NOME | CPF/CNPJ | PROCESSO |
|----------------------------|----------------|----------------------|
| Luiz Adriano de Souza | 152.541.351-15 | 02063.00024/2007-34 |
| Ivaldo Marques Teixeira | 385.308.641-15 | 02008.000875/2004-07 |
| Eduardo Custódio de Castro | 775.114.841-15 | 02008.000901/2004-09 |
| Jader Soares Marinho Filho | 066.315.588-67 | 02008.000703/2004-25 |
| José Leito de Albuquerque | 076.223.911-34 | 02008000710/2004-24 |

Vistas dos respectivos processos e demais informações poderão ser obtidas junto à SUPERINTENDÊNCIA DO IBAMA NO Setor de Autarquias Sul, Quadra 05, Lote 05, Bloco H, Cx 050-Brasília/DF. Caso queira apresentar defesa o interessado no prazo de 20 dias, protocolar a manifestação e documentar a unidade do IBAMA mais próxima, fazendo-se obrigatório a numeração do Auto de Infração e do respectivo Administrativo, conforme relação acima.

LUIZ EDUARDO LEAL DE CASTRO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

